

ONM Health S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
ONM Health S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ONM Health S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONM Health S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 7 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ONM HEALTH S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.849	6.639	Fornecedores	10	10.285	4.917
Contas a receber	5	10.243	9.616	Fornecedores - Confirming	10	5.006	6.456
Impostos a recuperar	6	2.413	1.601	Empréstimos e financiamentos	13	8.137	2.547
Ativo financeiro	7	40.619	36.259	Debêntures	14	4.547	5.188
Outros ativos		478	395	Arrendamentos	9	27	231
Total do ativo circulante		60.602	54.510	Obrigações trabalhistas		1.613	1.676
				Impostos e contribuições a recolher	11	7.394	1.140
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	115	252
				Dividendos propostos	22	15.174	26.454
				Outros passivos		212	91
				Total do passivo circulante		52.510	48.952
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras.	4	1.256	676	Empréstimos e financiamentos.	13	62.897	71.792
Impostos a recuperar.	6	12.996	14.200	Debêntures.	14	56.964	51.921
Outros ativos.		457	457	Arrendamentos.	9	-	25
Ativo financeiro.	7	239.206	223.583	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	45.204	34.455
Imobilizado	8	2.750	3.086	Impostos e contribuições a recolher.	11	34.346	37.307
Direito de uso	9	230	485	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	515	620
Total do ativo não circulante		256.895	242.487	Total do passivo não circulante		199.926	196.120
				Total do passivo		252.436	245.072
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	31.700	31.700
				Reserva Legal		6.076	4.982
				Reserva de lucros		27.285	15.243
				Total do patrimônio líquido		65.061	51.925
TOTAL DO ATIVO		317.497	296.997	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.497	296.997

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida dos serviços prestados	18	126.233	113.010
Custo de serviço prestado	19	(52.657)	(51.842)
LUCRO BRUTO		73.576	61.168
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(16.145)	(13.517)
Outras receitas (despesas) operacionais		509	660
		(15.636)	(12.857)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		57.940	48.311
Receita financeira	20	903	479
Despesa financeira	20	(23.795)	(10.657)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(22.892)	(10.178)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		35.048	38.133
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21		
Corrente		(2.083)	(4.213)
Diferido		(10.749)	(7.136)
		(12.832)	(11.349)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		22.216	26.784
Resultado básico e diluído por ação	17	0,70	0,84

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do período	<u>22.216</u>	<u>26.784</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u>22.216</u>	<u>26.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros		Total Patrimônio Líquido	
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020		31.700	3.643	69.568	-	104.911
Lucro líquido no exercício		-	-	-	26.784	26.784
Distribuição de dividendos	16	-	-	(69.350)	-	(69.350)
Juros sobre capital próprio	16	-	-	(5.118)	-	(5.118)
Cancelamento de dividendos declarados anteriormente	16	-	-	1.059	-	1.059
Constituição de reserva legal		-	1.339	-	(1.339)	-
Constituição de retenção de lucros		-	-	25.445	(25.445)	-
Constituição de dividendos mínimo obrigatório		-	-	(6.361)	-	(6.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		31.700	4.982	15.243	-	51.925
Lucro líquido no exercício		-	-	-	22.216	22.216
Juros sobre capital próprio	16	-	-	(5.509)	-	(5.509)
Cancelamento de dividendos declarados anteriormente	16	-	-	1.710	-	1.710
Constituição de reserva legal		-	1.094	-	(1.094)	-
Constituição de dividendos mínimo obrigatório		-	-	(5.281)	-	(5.281)
Constituição de retenção de lucros		-	-	21.122	(21.122)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		31.700	6.076	27.285	-	65.061

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ONM HEALTH S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		35.048	38.133
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Bônus de adimplência	13	-	(162)
Depreciação e amortização	19	624	589
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	9,13 e 14	22.513	9.607
Apropriação de custo de captação de financiamentos e debêntures	13 e 14	885	-
Reversões para riscos trabalhistas	15	(105)	(93)
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	7	(55.730)	(39.577)
		3.235	8.497
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(627)	(309)
Impostos a recuperar		392	3.276
Estoques		-	10
Ativo financeiro da concessão	7	39.048	35.289
Fornecedores e prestadores de serviços	10	5.368	471
Obrigações trabalhistas		(63)	759
Impostos a recolher		2.130	1.083
Outras ativos e passivos		38	(597)
Caixa proveniente das atividades operacionais		49.521	48.478
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	12	(1.057)	(3.961)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	9,13 e 14	(17.924)	(8.716)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		30.540	35.800
Atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(33)	(136)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(3.301)	(5.176)
Aplicações financeiras	4	(580)	6.421
Caixa (consumido)/gerado pelas atividades de investimentos		(3.914)	1.109
Atividades de financiamentos			
Fornecedores e prestadores de serviços - Confirming	10	(1.450)	1.375
Ingresso de debêntures	14	-	60.000
Custo de transação debêntures	14	-	(2.891)
Ingresso de empréstimos e financiamentos	13	-	75.000
Custo transação empréstimos	13	-	(2.197)
Pagamento de financiamento, debêntures e arrendamentos	9, 13 e 14	(4.606)	(111.302)
Juros sobre capital próprio pagos	16	(5.509)	(5.118)
Distribuição de dividendos	16	(14.851)	(48.198)
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos		(26.416)	(33.331)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		210	3.579
Caixa e equivalentes no início do período		6.639	3.060
Caixa e equivalentes no final do período		6.849	6.639
Variação do caixa e equivalentes		210	3.579

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luiza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A. realizou a venda de sua participação na Companhia (50,1% das ações da ONM Health S.A.) para a empresa OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., em 10 de fevereiro de 2020 e foi registrada por meio do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a transferência do controle societário da Companhia, o qual teve o contrato de compra e venda assinado em 20 de fevereiro de 2020, data a partir da qual a participação foi transferida.

Em 15 de abril de 2020 a Companhia teve sua denominação social alterada para ONM Health S.A. (anteriormente Novo Metropolitano S.A.) e passou a atuar sob o nome fantasia “ONM Health”, na mesma data a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. promoveu a compra das participações acionárias da Companhia detidas pelas empresas Vivante S.A. e Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Desta forma a ONM Health S.A. tornou-se subsidiária integral da empresa OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

Desde sua assinatura até a presente data, uma série de ajustes foram efetuados no contrato de concessão através de aditivos. No dia 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa com a Secretaria Municipal de Saúde. O Termo trata da transferência do controle societário realizado pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (detentora de 50,1% das ações da ONM Health S.A.) para a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Em 13 de Maio de 2021 a Companhia assinou o Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão cujo escopo refere-se à prorrogação da vigência do Décimo Segundo Termo Aditivo pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de 1º de Abril de 2021, para estabelecer possíveis ampliações e alterações de tipologias de leitos, de forma temporária e emergencial, em decorrência da pandemia COVID-19, com quantitativos máximos físicos e financeiros referente a prestação de serviços adicionais previstos no Anexo 5 do Contrato de Concessão, estabelecer valores máximos dos serviços extraordinários e por fim, alterar a redação dos itens 2.1, 2.1.1, Tabela 02 e Tabela 04 da Cláusula Segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O Aditivo refere-se à prorrogação do Décimo Terceiro Termo Aditivo pelo prazo de três meses a contar a partir de 1º de outubro de 2021.

Em 25 de março de 2022 a Companhia assinou o Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente. O aditivo refere-se à possibilidade de ampliação no quantitativo de leitos do hospital até o limite de 120 leitos adicionais e/ou alterar a configuração do perfil de leitos já existentes, quando e se necessário. O referido aditivo prorroga também a vigência do Décimo Quarto Termo Aditivo pelo prazo de dois meses a contar a partir de fevereiro de 2022, encerrando no dia 31 de março de 2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, no momento em que tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.4 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às práticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.4.2 Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 15

2.4.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.4.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.5 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.5.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do HMDCC.

2.5.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.5.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e CPC 47 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.5.5 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, nota explicativa 8.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.5.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.5.7 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias.

2.5.8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.5.9 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.5.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os montantes dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.5.11 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis e equipamentos do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada período.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e operações de *Confirming* da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.5.12 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.5.14 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Nota explicativa nº 9

2.6 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou e ainda não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porque entente que não haverá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023; e
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	28	1.206
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	6.821	5.433
	6.849	6.639

- (a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor de R\$ 1.256 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia ao banco Santander e atualizado a 4,20% a.a., relativo à contratação das cartas fiança junto a instituição financeira.

5 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contraprestação pública	10.166	9.499
Receitas acessórias	77	115
Outros	-	2
	<u>10.243</u>	<u>9.616</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a vencer	10.166	9.114
Vencidos		
De 1 a 180 dias	21	-
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	56	502
	<u>10.243</u>	<u>9.616</u>

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS/COFINS (a)	13.488	14.691
IRPJ/CSLL (b)	65	169
IRRF (c)	1.405	492
Outros	451	449
	<u>15.409</u>	<u>15.801</u>
Circulante	2.413	1.601
Não circulante	12.996	14.200

(a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.

(b) Referem-se aos pagamentos de IRPJ/CSLL calculados com base no balanço de suspensão e redução.

(c) IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

7 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao poder concedente, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health). O contrato de concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

Em 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões.

As movimentações do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	250.378
Adições	5.176
Recebimento	(35.289)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	39.577
Saldo em 31 de dezembro de 2021	259.842
Circulante	36.259
Não circulante	223.583
Saldo em 1º de janeiro de 2022	259.842
Adições	3.301
Recebimento	(39.048)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	55.730
Saldo em 31 de dezembro de 2022	279.825
Circulante	40.619
Não circulante	239.206

(a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão. Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 10,52% em 2022 e 5,75% em 2021, comparado com o ano anterior houve uma variação positiva de 4,77%.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

8 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo				
Instalações	10%	23	-	23
Computadores e periféricos	20%	222	10	232
Mobiliário	10%	205	-	205
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.155	23	3.178
		3.605	33	3.638
Depreciação				
Instalações		(2)	(2)	(4)
Computadores e periféricos		(91)	(34)	(125)
Mobiliário		(102)	(17)	(119)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(324)	(316)	(640)
		(519)	(369)	(888)
Imobilizado líquido		3.086	(336)	2.750
<hr/>				
Imobilizado	taxa anual de depreciação	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo				
Instalações	10%	-	23	23
Computadores e periféricos	20%	165	57	222
Mobiliário	10%	205	-	205
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)	10%	3.099	56	3.155
		3.469	136	3.605
Depreciação				
Instalações		-	(2)	(2)
Computadores e periféricos		(63)	(28)	(91)
Mobiliário		(81)	(21)	(102)
Máquinas e equipamentos hospitalares (a)		(18)	(306)	(324)
		(162)	(357)	(519)
Imobilizado líquido		3.307	(221)	3.086

- (a) Visando assumir a operação das Farmácias Satélites do Hospital, conforme estabelecido no 9º Termo Aditivo, a Companhia adquiriu em 2020 sistema de dispensação automática de medicamentos e materiais através de Dispensários Eletrônicos, não previstos originalmente no Contrato de Concessão, e não essenciais para a operação. Por isto, a Administração entende que tais valores são considerados como ativo imobilizado e não serão revertidos ao final da concessão.

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

10 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - confirming (a)	5.006	6.456
Fornecedores – terceiros	10.285	4.917
	<u>15.291</u>	<u>11.373</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 25.

- (a) Fornecedores “confirming”: A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “fornecedores confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Fornecedores Confirming

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores Confirming	6.456	17.184	(18.634)	5.006
Total	<u>6.456</u>	<u>17.184</u>	<u>(18.634)</u>	<u>5.006</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Confirming	5.081	9.717	(8.342)	6.456
Total	<u>5.081</u>	<u>9.717</u>	<u>(8.342)</u>	<u>6.456</u>

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a recolher	148	124
COFINS a recolher	671	194
ISS a recolher	168	161
PIS diferido	4.673	4.337
COFINS diferido	21.524	19.978
ISS diferido	13.991	12.992
Outros impostos	565	661
	<u>41.740</u>	<u>38.447</u>
Circulante	7.394	1.140
Não circulante	34.346	37.307

A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a recolher	-	97
CSLL a recolher	115	155
	<u>115</u>	<u>252</u>

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>total</u>
Saldo a pagar 31/12/2021	97	155	252
Pagamentos	(459)	(598)	(1.057)
Provisão	1.525	558	2.083
Compensação	(1.163)	-	(1.163)
Saldo a Pagar 31/12/2022	-	115	115

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 25, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						31/12/2022	31/12/2021
BDMG	Financiamento com garantia (a)	20/08/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	70.697	73.812
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	05/09/2019	10/09/2024	5,67%	237	104	126
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	16/10/2019	10/10/2024	5,54%	707	233	401
					75.944	71.034	74.339
Circulante						8.137	2.547
Não Circulante						62.897	71.792

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém aplicação no valor de R\$ 1.256 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) referente cash colateral ligado à contratação de Cartas Fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos.

(b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

A movimentação dos financiamentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2021	Principal			Juros e encargos			31/12/2022
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	73.812	-	418	(2.836)	12.495	-	(13.192)	70.697
HP FINANCIAL	126	-	-	(36)	23	-	(9)	104
HP FINANCIAL	401	-	-	(156)	39	-	(51)	233
	74.339	-	418	(3.028)	12.557	-	(13.252)	71.034

Instituição financeira	31/12/2020	Principal			Juros e encargos			31/12/2021
		Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	4.341	-	-	(3.380)	344	(162)	(1.143)	-
BDMG	2.891	-	-	(2.713)	81	-	(259)	-
BDMG	38.182	-	-	(37.845)	2.430	-	(2.767)	-
BDMG	17.772	-	-	(18.548)	957	-	(181)	-
BDMG	-	75.000	(2.197)	-	1.904	-	(895)	73.812
BNDES	37.846	-	-	(38.093)	2.163	-	(1.916)	-
BNDES	10.162	-	-	(10.335)	539	-	(366)	-
HP FINANCIAL	172	-	-	(46)	16	-	(16)	126
HP FINANCIAL	542	-	-	(141)	43	-	(43)	401
	111.908	75.000	(2.197)	(111.101)	8.477	(162)	(7.586)	74.339

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2024	8.239
2025	8.194
2026	8.239
2027	8.217
Acima de 2027	30.008
	62.897

13.1 Remodelagem da Estrutura de Financiamentos e Perfil de Dívida

Em sintonia com o planejamento estratégico e financeiro da Companhia, em 2021 foi concluído o processo de remodelagem das principais linhas de financiamento captadas entre os anos de 2013 e 2020. O processo de remodelagem consistiu em uma profunda análise do cenário macroeconômico e das oportunidades encontradas no mercado para otimizar e dar eficiência para a estrutura financeira da Companhia e maior compatibilização com a curva de reajuste do Contrato de Concessão.

13.1.1 Financiamentos Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

Com o desígnio de reestruturar o passivo vigente junto ao BDMG, em 20 de agosto de 2021 a Companhia iniciou o processo de captação para liquidação antecipada do total da dívida junto ao Banco. A nova captação foi emitida em 20 de agosto de 2021, com data de vencimento em 25 de agosto de 2031. O Montante total captado foi de R\$ 75.000, com custo de SELIC + 4,74% a.a., com carência de 12 meses de principal.

Em consonância com o cronograma de refinanciamento do passivo junto ao BDMG, em 15 de outubro de 2021 ocorreu liquidação antecipada do financiamento, referente aos seguintes contratos:

- Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020;
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015;
- Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020.

A liquidação foi concluída em 15 de outubro de 2021. À vista disso, todos os contratos, anteriormente vinculados ao BDMG, foram liquidados e substituídos por um novo Contrato de Financiamento nº 330.783/21 conforme exemplificado no quadro de movimentação dos financiamentos abaixo.

13.1.2 Financiamentos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

De acordo com o plano de remodelagem dos financiamentos, a Companhia estabeleceu por estratégia a emissão de debêntures na modalidade certificado de recebível imobiliário (CRI) com o objetivo de liquidação dos passivos junto ao BNDES.

Nesse sentido, conforme destacado na Nota Explicativa nº 14, em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirografária, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557% a.a. e carência de 12 meses do principal.

Em contrapartida a essa captação, em 10 de setembro de 2021 houve a liquidação antecipada de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente aos seguintes contratos:

- Contrato nº 14.2.0690.1 celebrado em 23 de setembro de 2014 e seus aditivos nº 1 e nº 2 celebrados em 20 de fevereiro de 2020 e 16 de julho de 2020;
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios e outras avenças nº 14.2.0690.3 celebrado em 26 de maio de 2015;
- Contrato de penhor de ações nº 14.2.0690.4 celebrado em 26 de maio de 2015 e seu aditivo nº 1 celebrado em 19 de março de 2020.

Assim sendo, todos os contratos junto ao BNDES foram liquidados.

13.1.3 Covenants

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findos em	
		31/12/2022	31/12/2021
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	2,3444	2,2778

(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses.

(**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

14 DEBÊNTURES

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfica, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia.

A operação terá carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	61.511	57.109
Circulante (Principal)					5.004	5.656
Circulante (Custo emissão debêntures)					(457)	(468)
					4.547	5.188
Não circulante (Principal)					58.930	54.344
Não circulante (custo emissão debêntures)					(1.966)	(2.423)
					56.964	51.921

Debêntures	31/12/2021	Principal		Juros e encargos		31/12/2022
		Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	60.000	-	(1.349)	-	-	58.651
Juros Contrato	1.097	-	-	9.942	-	11.039
Amortização juros contrato	(1.097)	-	-	-	(4.658)	(5.755)
Custo com emissão debêntures	(2.891)	-	-	467	-	(2.424)
	57.109	-	(1.349)	10.409	(4.658)	61.511

Debêntures	30/09/2021	Principal		Juros e encargos		31/12/2021
		Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	60.000	-	-	-	-	60.000
Juros Contrato	-	-	-	1.097	-	1.097
Amortização juros contrato	-	-	-	-	(1.097)	(1.097)
Custo com emissão debêntures	(3.007)	-	-	116	-	(2.891)
	56.993	-	-	1.213	(1.097)	57.109

15 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R\$ 515 (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista	620	-	(105)	515
Total	620	-	(105)	515
	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	713	-	(93)	620
Total	713	-	(93)	620

A Companhia possui ações de natureza trabalhista que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo aproximado é de R\$ 134 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2021).

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias. No dia 15 de abril de 2020 foram subscritas 11.700.000 novas ações ordinárias com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 11.700 integralizadas em espécie pela única acionista da Companhia, a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A Dessa forma, o capital social da Companhia apresenta o valor total de R\$ 31.700, representado por 31.700.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Acionistas						
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Em 27 de outubro de 2021 foi constituída provisão de dividendos a pagar no montante R\$ 64.000 para o acionista. Todos os pagamentos de remuneração a título de dividendos e juros sobre capital próprio feitos desde essa data foi consumido do saldo provisionado, restando saldo a pagar no montante de R\$ 26.454 no passivo circulante a ser liquidado no prazo de até 180 dias conforme deliberado em assembleia.

Em 23 de junho de 2022 foi autorizado o pagamento a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.710 calculado sobre as contas do patrimônio líquido da Companhia levantado em 31 de março de 2022, nessa mesma data houve o cancelamento de dividendos propostos no montante R\$ 1.710 do saldo a pagar no passivo circulante a ser liquidado no prazo de até 31 de dezembro de 2022, conforme deliberado em assembleia.

Em 12 de dezembro de 2022 foi autorizado o pagamento a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.799 calculado sobre as contas do patrimônio líquido da Companhia levantado em 30 de setembro de 2022, que foram liquidados na mesma data conforme deliberação em assembleia.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio registrados no patrimônio líquido está demonstrada no quadro abaixo:

Dividendos e juros sobre capital próprio

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Passivo circulante</u>		
Saldo início do período	26.454	-
Juros sobre capital próprio	5.509	5.118
Juros sobre capital próprio pagos	(5.509)	(5118)
Dividendos Intercalares	-	69.350
Dividendos cancelados	(1.710)	(1.059)
Dividendos pagos	(14.851)	(48.198)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	5.281	6.361
Saldo Final do período	15.174	26.454

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

17 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	22.216	26.784
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	<u>0,70</u>	<u>0,84</u>

18 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de operação	87.617	86.260
Receita de remuneração do ativo da concessão	55.730	39.576
Receita de construção (a)	3.301	5.176
Outras receitas	2	2
Receita bruta	<u>146.650</u>	<u>131.014</u>
PIS	(2.334)	(2.042)
COFINS	(10.745)	(9.465)
ISSQN	(7.338)	(6.497)
Impostos sobre serviços	<u>(20.417)</u>	<u>(18.004)</u>
Receita líquida	<u>126.233</u>	<u>113.010</u>

- (a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

19 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e serviços de concessão	(49.073)	(45.722)
Materiais e serviços de obra	(2.933)	(4.525)
Gasto com pessoal	(8.767)	(8.793)
Serviços de terceiros	(6.508)	(4.411)
Materiais	(743)	(947)
Despesa Tributária	(93)	(93)
Aluguéis	(55)	(277)
Depreciação e amortização	(624)	(589)
Outras	(6)	(2)
	<u>(68.802)</u>	<u>(65.359)</u>
Custo de serviço prestado	(52.657)	(51.842)
Despesas gerias e administrativas	(16.145)	(13.517)

20 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	901	315
Outras receitas financeiras	2	164
	903	479
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(23.386)	(9.964)
Juros sobre arrendamentos	(14)	(33)
Outras despesas financeiras	(395)	(660)
	(23.795)	(10.657)
Resultado financeiro, líquido	(22.892)	(10.178)

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativo</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa - IR / CSLL	812	1.715
Provisão para riscos trabalhistas	175	232
	987	1.947
<u>Passivo</u>		
Diferimento de receita	(45.592)	(35.931)
Resultado não-realizados de contratos com órgãos públicos	(599)	(471)
	(46.191)	(36.402)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	(45.204)	(34.455)

O ativo fiscal diferido será utilizado entre 1 e 2 anos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	40.332	38.133
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(13.713)	(12.965)
Reversão de prejuízo fiscal	812	1.715
Efeito diferimento receita, outros líquidos	69	(99)
	881	1.616

	31/12/2022	31/12/2021
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(12.832)	(11.349)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(2.083)	(4.213)
Diferido	(10.749)	(7.136)
	(12.832)	(11.349)
Alíquota Efetiva	31,82%	29,76%

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	Custo dos serviços prestados	
	31/12/2022	31/12/2021
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(4.530)	(2.724)
	(4.530)	(2.724)

- (i) Total incorrido com prestação de serviços de administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo e despesas compartilhadas que são contratadas pela holding (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 1.620 e R\$ 1.276 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, apresentados no grupo de despesas gerais e administrativas.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2022			
	Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil		Valor Justo
		Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	28	6.821	6.849	28
Aplicações financeiras	-	1.256	1.256	-
Contas a receber de clientes	-	10.243	10.243	-
Ativo financeiro	-	279.825	279.825	-
	28	298.145	298.173	28
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	71.034	71.034	-
Debentures	-	61.511	61.511	-
Dividendos propostos	-	15.174	15.174	-
Fornecedores	-	15.291	15.291	-
	-	163.010	163.010	-

	31/12/2021			Valor Justo Nível 1
	Valor Contábil		Total	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	5.433	6.639	1.206
Aplicações financeiras	-	676	676	-
Contas a receber de clientes	-	9.616	9.616	-
Ativo financeiro	-	259.842	259.842	-
	1.206	275.567	276.773	1.206
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	-	74.339	74.339	-
Debentures	-	57.109	57.109	-
Dividendos propostos	-	26.454	26.454	-
Fornecedores	-	11.373	11.373	-
	-	169.275	169.275	-

24 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 13).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	279.825	259.842
<i>Passivos</i>		
Empréstimos e financiamentos	(337)	(526)
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	<u>279.488</u>	<u>259.316</u>
 <u>Exposição às taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Passivos</i>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(134.632)	(133.812)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	<u>(134.632)</u>	<u>(133.812)</u>
 Exposição líquida total a taxas de juros	<u>144.856</u>	<u>125.504</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 19 de janeiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Varição CDI	0,13650	0,13650	0,06825	0,10238	0,17063	0,20475
TJLP	Varição TJLP	0,07370	0,07370	0,03685	0,05528	0,09213	0,11055
IPCA	Varição IPCA	0,05780	0,05780	0,02890	0,04335	0,07225	0,08670
SELIC	Varição SELIC	0,13750	0,13750	0,06875	0,10313	0,17188	0,20625

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Varição CDI	6.821	6.821	6.355	6.588	7.054	7.287
		6.821	6.821	6.355	6.588	7.054	7.287
Efeito de ganho (perda)			-	(466)	(233)	233	466
Passivos financeiros		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Financiamentos	Varição IPCA	63.935	63.935	62.087	63.011	64.859	65.783
Financiamentos	Varição SELIC	70.697	70.697	65.837	68.267	73.127	75.557
		134.632	134.632	127.924	131.278	137.986	141.340
Efeito de ganho (perda)				(6.708)	(3.354)	3.354	6.708
Efeito de ganho (perda), líquido				(7.174)	(3.587)	3.587	7.174

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 10,75% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

25 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

Seguradora	Categoria	31/12/2022		
		Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S/A	Risco Operacional	028522022001901960003220	dez/2022 a dez/2023	508.965
Axa Seguros S/A	Resp. Civil	028522022001903510008922	dez/2022 a dez/2023	30.000
Junto Seguros S/A	Seguro e Garantia (a)	000000000000507750314460	mar/2022 a mar/2023	26.200

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

(a) A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais conforme cláusula 19 (item 19.1 e 19.1.1) do contrato de concessão, para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitan Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. A apólice de seguro que atua em favor desta garantia possui atualmente cobertura de R\$26.200, e é atualizada anualmente no mês de março pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação).

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 7 de março de 2023.

DIRETOR PRESIDENTE

Alan Brener

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3